

MULHERES E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - 2016

Segunda retração anual seguida do mercado de trabalho local favoreceu recordes históricos de desemprego entre homens e mulheres

Introdução

Os anos de 2015 e 2016 caracterizaram-se por anos de forte retração da atividade econômica brasileira, com impactos negativos sobre o comportamento do mercado de trabalho nacional, em que se destacaram as contínuas supressões das oportunidades de trabalho, quedas do rendimento médio real do trabalhador e as elevadas taxas de desemprego nas diversas metropolitanas do País, que alcançaram recordes históricos em 2016.

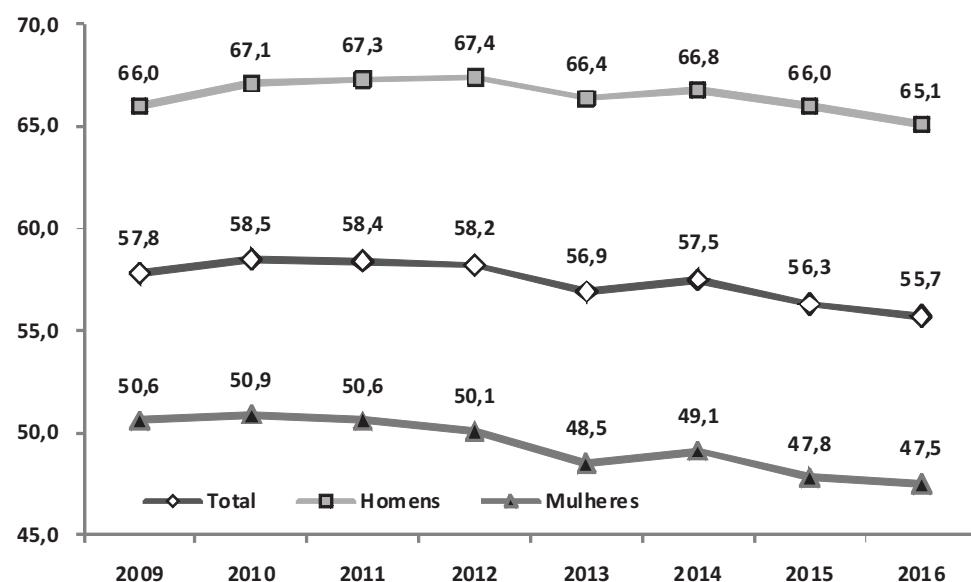
Na região metropolitana de Fortaleza (RMF), os principais indicadores médios anuais da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que o mercado de trabalho local acompanhou a tendência nacional, retraindo-se por dois anos consecutivos. Os números de 2016 indicam que o nível ocupacional (-4,9%), o rendimento médio real (-3,0%) e a massa de rendimentos reais dos ocupados (-7,5%) diminuíram, comparativamente ao ano anterior, a exemplo do ocorrido em 2015. Em virtude das quedas verificadas nos últimos dois anos, os valores estimados de todos esses três indicadores para 2016 retrocederam a patamares similares ao de 2010, com a perda de parte dos avanços conquistados até 2014.

Nesse aspecto, os relevantes movimentos de formalização das relações de trabalho e de desconcentração da massa de rendimentos reais do trabalho, dois avanços importantes que se materializaram no mercado de trabalho da região até 2015, não apresentaram continuidade, em 2016.

Quanto ao desemprego, a taxa de desemprego total cresceu nos anos de 2015 (8,6%) e 2016 (13,1%), registrando a taxa mais elevada desde 2009, comportamento este que ocorreu entre homens e mulheres, jovens e adultos, chefes de domicílio ou não e negros e não-negros, isto é, o desemprego local cresceu de forma generalizada, especialmente em 2016, quando aumentou mais intensamente. Nesse ano, o contingente de desempregados na área metropolitana de Fortaleza foi estimado em 241 mil pessoas, 52,5% maior que o do ano anterior (158 mil).

Um indicativo da perda de dinamismo do mercado de trabalho da RMF que gera preocupação é a elevação do desemprego concomitante às menores taxas de participação da série histórica iniciada em 2009 (56,3%, em 2015, e 55,7%, em 2016), ou seja, o desemprego apresenta-se em elevação contínua mesmo em um contexto de descrença de parte dos trabalhadores quanto às reais possibilidades de obtenção de trabalho, fato constatado em 2015 e 2016, entre homens e mulheres (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Taxa de participação, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016
(Em %)**



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.

Dante desse quadro de desalento, o número de pessoas economicamente ativas da região (1.843 mil) mostrou-se relativamente estável em 2016, frente ao ano anterior, o que decorreu da pequena redução da População Economicamente Ativa (PEA), masculina (-3 mil, ou -0,3%) e do crescimento da PEA feminina (4 mil, ou 0,5%). A PEA masculina somou pouco mais de 1 milhão de pessoas e a feminina, 835 mil, respondendo por 54,7% e por 45,3% da força de trabalho efetiva local, respectivamente. E mais, a parcela feminina na composição da população economicamente ativa local praticamente não variou nos últimos quatro anos, mantendo-se ligeiramente acima dos 45% (Tabela 1).

A perda de dinamismo do mercado de trabalho regional propiciou incrementos no nível de inatividade da força de trabalho. Desta forma, a PED/RMF estimou um total de 1.465 mil pessoas inativas (fora do mercado de trabalho local) em 2016, o maior desde 2009, sendo 542 mil homens e 923 mil mulheres nessa condição de atividade. Nesse ano, o número de inativos foi acrescido de 36 mil pessoas (2,5%), das quais 21 mil homens (4,0%) e 15 mil mulheres (1,7%), diante dos números de 2015, demonstrando uma ampliação mais rápida da inatividade masculina, mesmo porque seis de cada dez novos inativos eram homens, apesar de as mulheres historicamente estarem mais expostas à inatividade.

Tabela 1

Estimativas da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade

Região Metropolitana de Fortaleza

2015-2016

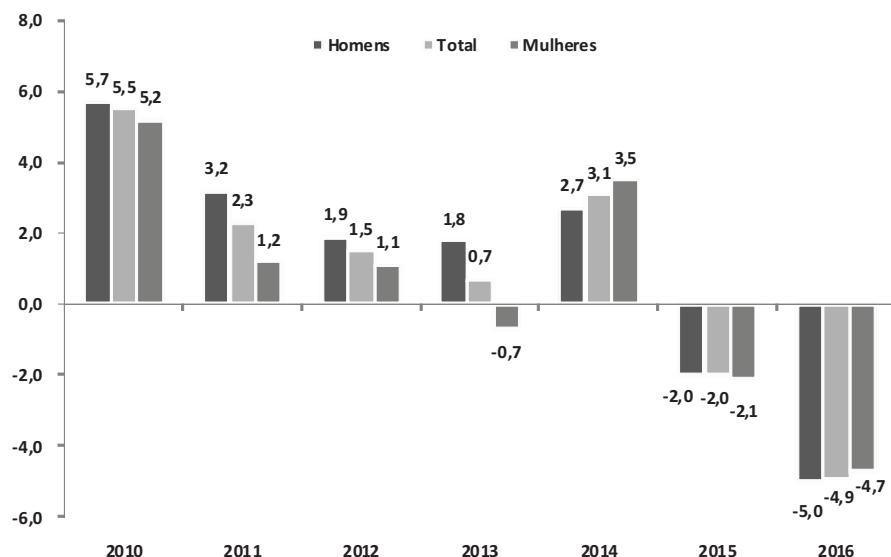
Condição de Atividade	2015			2016			Variações					
							Absoluta (em mil pessoas) 2016/2015			Relativa (%) 2016/2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	3.271	1.532	1.739	3.308	1.550	1.758	37	18	19	1,1	1,2	1,1
População Economicamente Ativa	1.842	1.011	831	1.843	1.008	835	1	-3	4	0,1	-0,3	0,5
Ocupados	1.684	932	752	1.602	885	717	-82	-47	-35	-4,9	-5,0	-4,7
Desempregados	158	79	79	241	123	118	83	44	39	52,5	55,7	49,4
Inativos com 10 Anos e Mais	1.429	521	908	1.465	542	923	36	21	15	2,5	4,0	1,7

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Projeções populacionais baseadas no Censo de 2010. Vide Nota Técnica Nº 2.

No ano de 2016, as variações anuais do número de ocupados (-4,9%) e de desempregados (52,5%) foram mais intensas do que as verificadas em 2015, quando comparadas ao ano anterior, revelando-se um ano ainda mais difícil para o trabalho. Na RMF, foram eliminadas 82 mil oportunidades de trabalho e o número de homens (-5,0%) e o de mulheres (-4,7%) ocupados decresceram quase na mesma proporção, o segundo ano consecutivo de declínio do nível ocupacional de homens e mulheres (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Variação anual do nível de ocupação, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza
– 2010 – 2016 (Em %)**

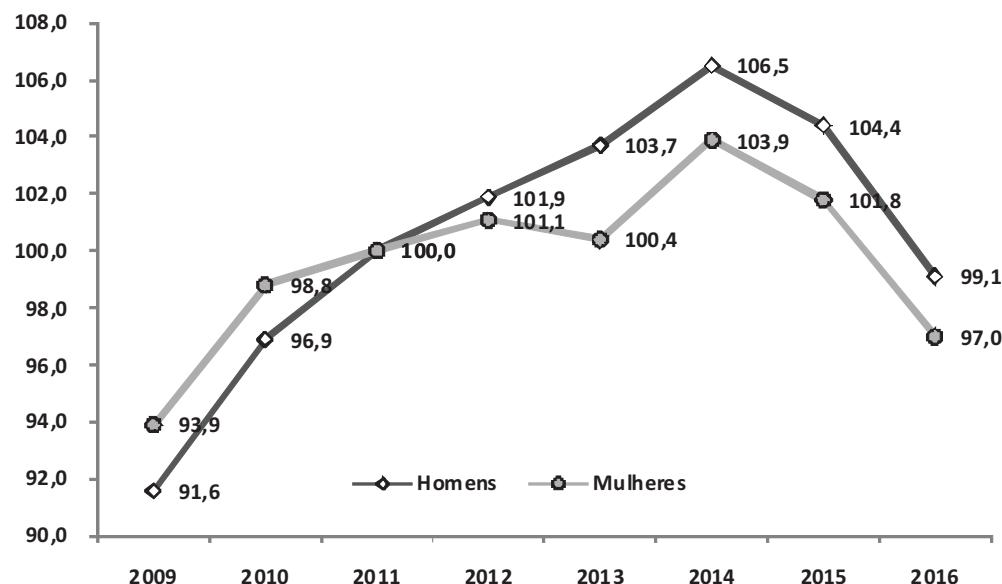


Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.

O contingente de mulheres ocupadas diminuiu de 752 mil, em 2015, para 717 mil, em 2016, uma perda de 35 mil ocupações, um pouco menor do que a perda masculina (-47 mil). No entanto, a parcela feminina no total de ocupados (44,8%) mostrou-se relativamente estável no triênio 2014/2016.

No triênio 2012/2014, o nível de ocupação masculino avançou mais satisfatoriamente que o feminino e ocorreram quedas seguidas em 2015 e 2016. Nesse último, o nível ocupacional dos homens (99,1) ficou ligeiramente abaixo da média de 2011, enquanto o das mulheres (97,0) mostrou-se 3 p.p. abaixo dessa média, ilustrando o retrocesso do nível de ocupação de homens e mulheres nos últimos dois anos, além do menor nível ocupacional das mulheres desde 2012 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índices do nível de ocupação¹, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



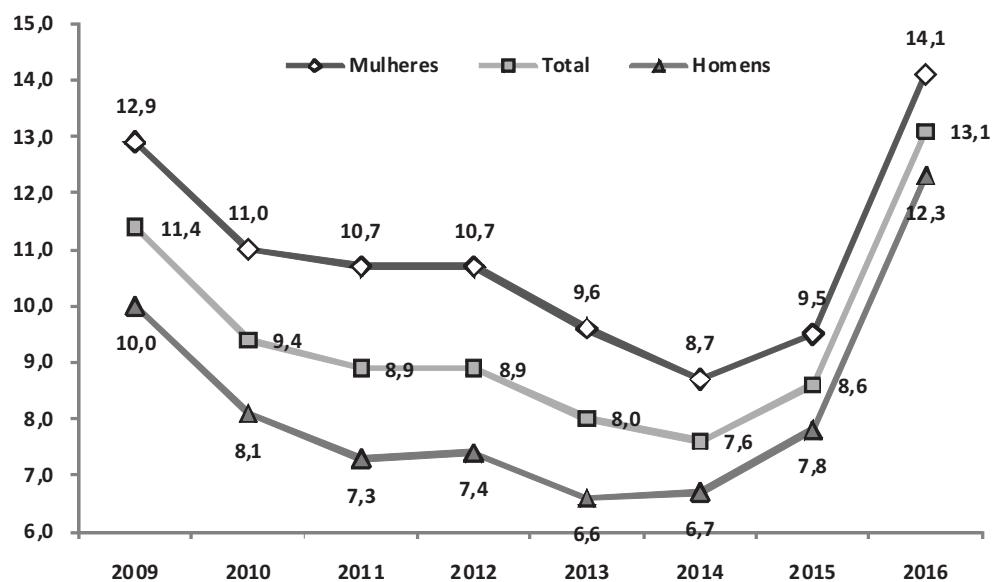
Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.

(1) Base: Média de 2011 = 100.

Taxas recordes de desemprego entre homens e mulheres

No recorte por sexo, houve aumento do desemprego entre os homens (de 7,8%, em 2015, para 12,3%, em 2016) e as mulheres (de 9,5% para 14,1%), totalizando 123 mil homens e 118 mil mulheres desempregados na região, no ano em análise, recordes históricos das taxas de desemprego e do número de desempregados na RMF, desde 2009, em ambos os casos (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxa de desemprego, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016 (Em %)



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.

Outras evidências da evolução anual recente do desemprego de homens e mulheres captadas pela PED/RMF foram: 1) As taxas de desemprego, que vinham em queda até 2014, voltam a crescer em 2015 e 2016. 2) Nesse biênio, também foram registrados os maiores contingentes de desempregados, independente de sexo. 3) As taxas femininas são historicamente mais elevadas, embora o diferencial de desemprego por sexo venha diminuindo desde 2014, o que sinaliza que as mulheres têm sido menos apenadas pela elevação recente do desemprego na região (a diferença de 3 p.p. que ocorreu entre os anos de 2009 a 2013 diminuiu para 2 p.p., nos três anos seguintes). Desta forma, em 2016, a fração masculina do desemprego (51,3%) superou a feminina (48,7%) pela primeira vez, desde 2009, parcela esta que registrou sucessivas quedas nos últimos três anos, o que demonstra que o desemprego vem avançando mais rapidamente entre os homens, apesar da maior exposição feminina.

Sobre o perfil das mulheres desempregadas na RMF em 2016, 47,5% tinham idade de 16 a 24 anos, 14,3% eram chefe de família e 80,5% eram de raça/cor negra.

Independente de sexo, seguindo a trajetória de elevação das taxas de desemprego, o que acirra ainda mais a concorrência por um posto de trabalho, o tempo despendido pelos desempregados na procura por trabalho também cresceu nos dois últimos anos, impactando negativamente nas condições de vida das famílias. O tempo médio de procura cresceu para 27 semanas, em 2015, e chegou a 32 semanas, em 2016, o mais extenso desde 2012. Entre os homens cresceu para 24 e 29 semanas e entre as mulheres, para 29 e 35 semanas, respectivamente, um tempo de procura geralmente mais prolongado que o masculino, explicitando as dificuldades de obtenção de trabalho das mulheres. Em média, no interstício de 2009 a 2016, o tempo médio de procura por trabalho das mulheres foi 22,7% maior que a média masculina.

Nova queda do nível de ocupação

Conforme já relatado anteriormente, após a retração de 2015 (-2,0%), o nível de ocupação no mercado de trabalho da RMF voltou a declinar em 2016 (-4,9%). Este comportamento refletiu o declínio do nível de ocupação de homens e mulheres em todos os setores de atividade econômica investigados. Ocorreram quedas do nível de ocupação feminina na indústria de transformação (-6,7%, ou -9 mil), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-6,6%, ou -11 mil) e serviços (-3,2%, ou -14 mil). Nos serviços, foram registradas reduções do número de ocupados em quatro dos seis ramos pesquisados, em que a queda mais expressiva ocorreu nas atividades administrativas e serviços complementares (-6,3%), o mesmo ocorrendo entre as mulheres (-10,5%) (Tabela 2).

Tabela 2
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Setores de Atividade	2015			2016			Variações					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Absoluta (em mil pessoas) 2016/2015	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	1.684	932	752	1.602	885	717	-82	-47	-35	-4,9	-5,0	-4,7
Indústria de Transformação (2)	288	153	135	263	137	126	-25	-16	-9	-8,7	-10,5	-6,7
Construção Civil (3)	145	139	(12)	128	125	(12)	-17	-14	(12)	-11,7	-10,1	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	402	235	167	376	220	156	-26	-15	-11	-6,5	-6,4	-6,6
Serviços (5)	818	379	439	799	374	425	-19	-5	-14	-2,3	-1,3	-3,2
Transporte, armazenagem e Correio (6)	66	59	(12)	66	60	(12)	0	1	(12)	0,0	1,7	(12)
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	77	42	35	74	40	34	-3	-2	-1	-3,9	-4,8	-2,9
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	79	60	19	74	57	17	-5	-3	-2	-6,3	-5,0	-10,5
Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	236	96	140	232	94	138	-4	-2	-2	-1,7	-2,1	-1,4
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	234	106	128	235	107	128	1	1	0	0,4	0,9	0,0
Serviços domésticos (11)	111	(12)	103	109	(12)	100	-2	(12)	-3	-1,8	(12)	-2,9

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Assim, em 2016, em termos relativos, os maiores impactos no nível ocupacional das mulheres foram provenientes da indústria de transformação e do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. Em termos absolutos, destaca-se o setor de serviços, que eliminou cerca de 14 mil ocupações. No entanto, o nível de ocupação feminino do setor de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, esportes e recreação não variou, mantendo em 2016 o mesmo número de mulheres ocupadas de 2015 (128 mil). O referido setor é responsável por 17,9% da ocupação total feminina.

Estes movimentos não alteraram de forma substancial a estrutura setorial da ocupação das mulheres. Houve relativa estabilidade na indústria de transformação (17,6%), caiu ligeiramente a fração feminina no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (21,8%) e cresceu nos serviços (59,3%) (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Setores de Atividade	2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação (2)	17,1	16,4	17,9	16,4	15,5	17,6
Construção Civil (3)	8,6	15,0	(12)	8,0	14,1	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	23,9	25,1	22,5	23,5	24,9	21,8
Serviços (5)	48,6	40,7	58,3	49,9	42,3	59,3
Transporte, armazenagem e Correio (6)	3,9	6,3	(12)	4,1	6,8	(12)
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	4,6	4,5	4,7	4,6	4,5	4,7
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	4,7	6,5	2,5	4,6	6,3	2,4
Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	14,0	10,2	18,8	14,5	10,6	19,2
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	13,9	11,4	17,0	14,7	12,2	17,9
Serviços domésticos (11)	6,6	(12)	13,7	6,8	(12)	13,9

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Considerando um intervalo de tempo mais longo, algumas alterações nessa composição podem ser constatadas, como proporções cada vez menores de mulheres trabalhando na indústria de transformação, que empregava 20,3% delas em 2011, e a crescente proporção de mulheres ocupadas nos serviços (57,5% em 2011), isto é, a crise econômica que penalizou sobremaneira a atividade industrial brasileira tem afetado a sua capacidade de absorção de mão de obra, especialmente a feminina, enquanto há avanços das oportunidades de emprego para as mulheres nos serviços. Comparativamente ao nível médio de emprego das mulheres de 2011, a indústria de transformação empregou 16% a menos, em 2016, e nos serviços, o nível atual apenas repôs a média de 2011.

Em 2016, na análise por posição na ocupação, frente ao ano anterior, o número de mulheres ocupadas só não diminuiu entre as autônomas (7 mil, ou 3,7%). Houve queda no nível de emprego das mulheres nos setores privado (-37 mil, ou -10,2%) e público (-2 mil, ou -3,0%). No setor privado decresceu o emprego com carteira (-31 mil, ou -10,4%) e sem carteira assinada (-6 mil, ou -9,4%), assim como o emprego doméstico (-2 mil, ou -2,0%) e nas demais posições (-1 mil, ou -3,0%) (Tabela 4).

Tabela 4

Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação

Região Metropolitana de Fortaleza

2015-2016

Posição na Ocupação	2015			2016			Variações					
							Absoluta (em mil pessoas) 2016/2015			Relativa (%) 2016/2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	1.684	932	752	1.602	885	717	-82	-47	-35	-4,9	-5,0	-4,7
Total de Assalariados (1)	1.069	640	429	980	590	390	-89	-50	-39	-8,3	-7,8	-9,1
Setor Privado	940	578	362	849	524	325	-91	-54	-37	-9,7	-9,3	-10,2
Com Carteira Assinada	770	472	298	700	433	267	-70	-39	-31	-9,1	-8,3	-10,4
Sem Carteira Assinada	170	106	64	149	91	58	-21	-15	-6	-12,4	-14,2	-9,4
Setor Público (2)	129	62	67	131	66	65	2	4	-2	1,6	6,5	-3,0
Autônomos	424	236	188	439	244	195	15	8	7	3,5	3,4	3,7
Empregados domésticos	111	(4)	102	109	(4)	100	-2	(4)	-2	-1,8	(4)	-2,0
Demais Posições (3)	80	47	33	74	42	32	-6	-5	-1	-7,5	-10,6	-3,0

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

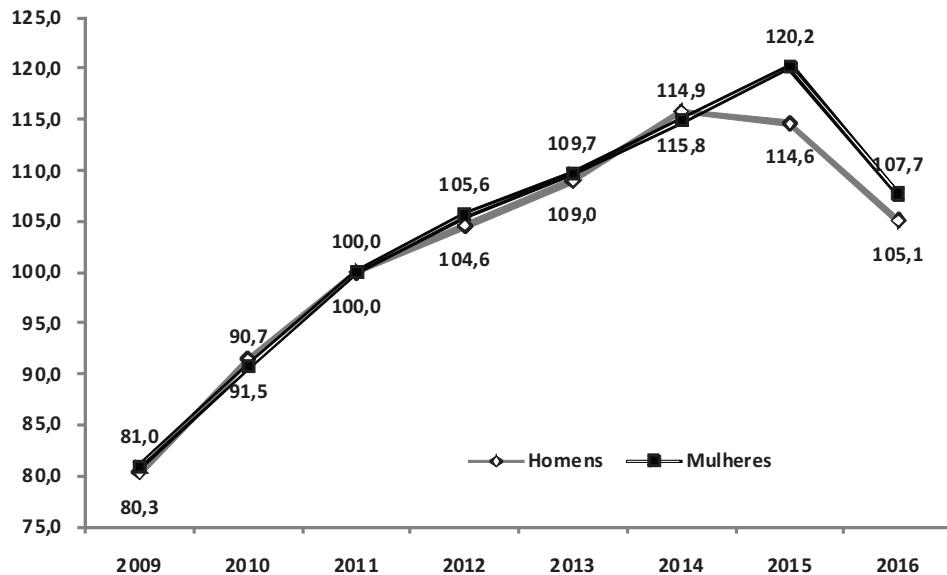
(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

O movimento de formalização das relações de trabalho entre as mulheres, observado nos anos de 2009 a 2015, não mais foi verificado em 2016, na medida em que a proporção de mulheres empregadas no setor privado com registro em carteira parou de crescer, ao declinar de 39,6%, em 2015, para 37,4%, em 2016, percentuais bem inferiores aos dos homens (50,6% e 48,9%), o que deixa ressaltar a maior dificuldade das mulheres no acesso a empregos formalmente registrados. Atualmente, o nível de emprego das mulheres com carteira assinada no setor privado é apenas 7,7% mais elevado do que o verificado em 2011, quando era 20,2% maior em 2015 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Índices do nível de emprego¹ no setor privado com carteira assinada, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.
(1) Base: Média de 2011 = 100.

Nessa conjuntura, dado que atualmente é menor a fração de mulheres no emprego público (8,9%), assim como decresceu o emprego feminino na iniciativa privada (45,5%), com e sem carteira assinada, a proporção de mulheres autônomas foi elevada para 27,2%, a maior da série histórica, contabilizando 195 mil mulheres trabalhando por conta-própria. Apenas 13,9% delas trabalhavam como empregada doméstica na RMF, situação praticamente a mesma de 2015 (13,7%).

Tabela 5
Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Posição na Ocupação	2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de Assalariados (1)	63,5	68,9	56,9	61,2	66,6	54,4
Setor Privado	55,8	62,0	48,2	53,0	59,2	45,5
Com Carteira Assinada	45,7	50,6	39,6	43,7	48,9	37,4
Sem Carteira Assinada	10,1	11,4	8,6	9,3	10,3	8,1
Setor Público (2)	7,7	6,9	8,7	8,2	7,4	8,9
Autônomos	25,2	25,3	25,1	27,4	27,6	27,2
Empregados domésticos	6,6	(4)	13,7	6,8	(4)	13,9
Demais Posições (3)	4,7	4,9	4,3	4,6	4,8	4,5

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Rendimento médio real do trabalho decresce pelo segundo ano seguido

Após ter registrado redução de 6,2% em 2015, na comparação com o ano anterior, o rendimento médio real dos ocupados diminuiu 3,0%, em 2016, na mesma base de comparação, reduções estas que se deram de forma generalizada, independente de sexo, setor de atividade ou posição na ocupação. A PED/RMF estimou um rendimento médio real dos ocupados da ordem de R\$ 1.313, nesse ano.

No recorte por sexo, decresceram os rendimentos médios reais dos homens (-2,9%) e das mulheres (-3,0%), cujos valores monetários passaram a equivaler a R\$ 1.473 e R\$ 1.115, respectivamente, com as mulheres percebendo o equivalente a 75,7% do rendimento médio mensal dos homens, mantendo a relação verificada em 2015 (75,8%), na medida em que as perdas salariais relativas foram praticamente iguais (Tabela 6).

Tabela 6
Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Posição na Ocupação	2015			2016			Variações		
							Relativa (%) 2016/2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total dos Ocupados	1.354	1.517	1.150	1.313	1.473	1.115	-3,0	-2,9	-3,0
Total de Assalariados	1.417	1.490	1.307	1.424	1.500	1.310	0,5	0,7	0,2
Setor Privado	1.244	1.306	1.145	1.229	1.292	1.128	-1,2	-1,1	-1,5
Indústria de Transformação (2)	1.167	1.265	1.022	1.170	1.274	1.006	0,3	0,7	-1,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3)	1.168	1.191	1.129	1.153	1.169	1.122	-1,3	-1,8	-0,6
Serviços (4)	1.282	1.352	1.199	1.263	1.339	1.174	-1,5	-1,0	-2,1
Com Carteira Assinada	1.304	1.367	1.203	1.292	1.354	1.191	-0,9	-1,0	-1,0
Sem Carteira Assinada	964	1.023	864	931	994	831	-3,4	-2,8	-3,8
Setor Público	2.715	3.199	2.236	2.733	3.192	2.261	0,7	-0,2	1,1
Autônomos	1.070	1.285	804	1.004	1.189	774	-6,2	-7,5	-3,7

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

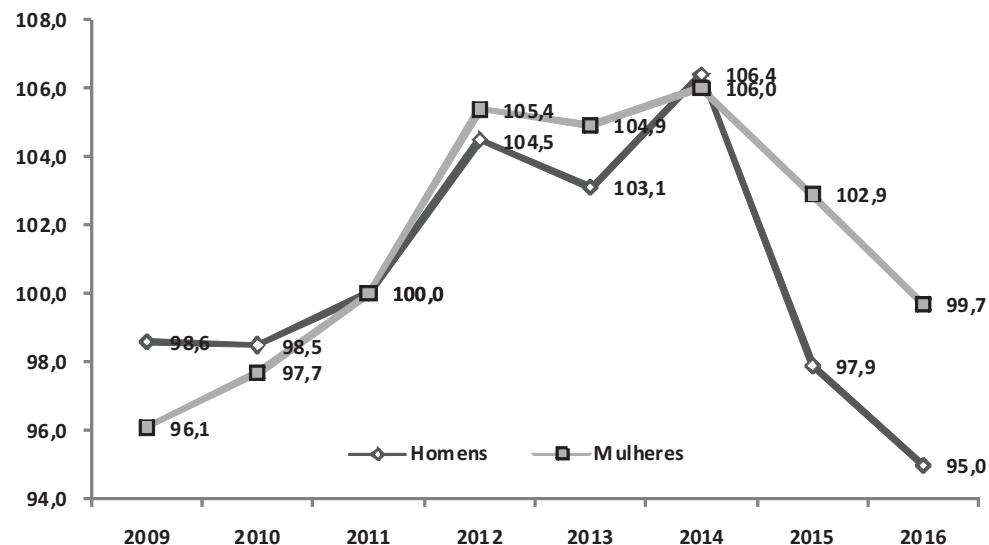
(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2016.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

Estas diferenças salariais persistem apesar dos incrementos na escolaridade de homens e mulheres e do fato de elas serem mais escolarizadas. No período de 2009 a 2016, a proporção de homens ocupados com escolaridade mínima de nível médio completo cresceu de 43,4% para 51,9% e a de mulheres evoluiu de 52,0% para 60,3%, o que demonstra que houve avanços e que a força de trabalho feminina é mais escolarizada.

Esta realidade de redução salarial já tinha ocorrido também em 2015. De fato, os rendimentos médios reais de homens e mulheres decresceram nos últimos dois anos e, tomando por base a média de 2011, o rendimento médio real das mulheres retornou a esse patamar e o dos homens mostrou-se 5% menor em 2016, após deterem ganhos reais de cerca de 6%, em 2014 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Índices do rendimento médio real dos ocupados¹, por sexo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MT/FAT.

(1)Base: Média de 2011 = 100. Em reais de novembro de 2016.

A diminuição do rendimento médio real das mulheres (-3,0%) decorreu da redução no setor privado (-1,5%) e do crescimento no setor público (1,1%). No setor privado, houve decréscimo do rendimento médio real nos serviços (-2,1%), indústria de transformação (-1,6%) e, em menor proporção, no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-0,6%), cujos valores monetários foram estimados em R\$ 1.174, R\$ 1.006 e R\$ 1.122, respectivamente.

Por posição na ocupação, decresceu o rendimento médio real das mulheres empregadas sem carteira (-3,8%) e com carteira assinada (-1,0%), assim como o das trabalhadoras autônomas (-3,7%). Seus rendimentos médios reais foram estimados em R\$ 831, R\$ 1.191 e R\$ 774, respectivamente.

Um aspecto estrutural do mercado de trabalho nacional é o fato de as mulheres perceberem uma remuneração inferior à dos homens, o que independe do setor de atividade onde trabalham ou da forma de inserção laboral. Conforme já constatado em anos anteriores, as maiores diferenças foram detectadas no trabalho autônomo, onde elas ganhavam o correspondente a 65,1% da remuneração média real dos homens, no setor público (70,8%) e na indústria de transformação (79,0%), em 2016. A menor desigualdade salarial entre homens e mulheres é observada no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, onde elas percebiam o equivalente a 96,0% da remuneração média masculina, no ano em apreço.

Para uma aferição mais precisa das diferenças salariais entre homens e mulheres, o indicador mais apropriado é o rendimento médio real por hora trabalhada, por eliminar as distorções ocasionadas pelas diferentes jornadas semanais de trabalho por sexo. A jornada semanal média de trabalho dos homens (43 horas) é normalmente mais extensa que a das mulheres (40 horas).

O rendimento médio real por hora trabalhada dos homens decresceu ligeiramente (-0,7%), passando de R\$ 8,06 para R\$ 8,00, nos anos de 2015 e 2016, de onde se conclui que o poder de compra do trabalhador da área metropolitana de Fortaleza retrocedeu ao nível de 2011 (Tabela 7).

Tabela 7
Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, segundo sexo
Região Metropolitana de Fortaleza
2009-2016

Período	Rendimento Médio Real por Hora	
	Mulheres	Homens
2009	6,12	7,93
2010	6,22	7,92
2011	6,53	8,05
2012	6,88	8,60
2013	6,85	8,49
2014	6,75	8,76
2015	6,72	8,06
2016	6,51	8,00
Variação anual (%)		
2016/2015	-3,1	-0,7
2015/2014	-0,4	-8,0
2014/2013	-1,5	3,2
2013/2012	-0,4	-1,3
2012/2011	5,4	6,8
2011/2010	5,0	1,6
2010/2009	1,6	-0,1

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Inflator utilizado: INPC/RMF-IBGE. Valores em reais de novembro de 2016.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana.

Por sua vez, o rendimento médio real por hora trabalhada das mulheres registrou uma redução mais forte (-3,1%), de R\$ 6,72 para R\$ 6,51, também retornando ao patamar de 2011. Em face desses movimentos, o rendimento médio real por hora trabalhada das mulheres passou a equivaler a 81,4% do similar masculino, em 2016.

Ademais, se em 2015 houve forte redução do rendimento médio real por hora trabalhada dos homens (-8,0%), em 2016, foi a vez das mulheres (-3,1%), as duas reduções mais expressivas desde 2010, o que sinaliza que os trabalhadores da região estão convivendo com salário menores, independente de sexo, o que, associado ao declínio do emprego, tem resultado em massas salariais cada vez menores. Entre as mulheres, ocorreram quatro variações negativas seguidas dos rendimentos médios reais por hora trabalhada, em maior ou menor intensidade, desde 2013.

Em síntese, o segundo ano seguido de encolhimento da economia nacional impôs um ajuste ainda mais severo ao mercado de trabalho da região metropolitana de Fortaleza, em 2016, com decréscimo mais intenso do nível de ocupação, concomitante a elevações mais significativas no desemprego, que alcançaram recordes históricos independente de sexo, mesmo em um contexto de baixas taxas de participação, além dos menores salários. Esta realidade foi percebida em todos os setores de atividade econômica e posições na ocupação pesquisados. Em 2016, cresceu apenas o trabalho autônomo, cessou o movimento de formalização do mercado de trabalho local e, apesar de perdas salariais mensais similares, quando da análise do rendimento médio real por hora trabalhada, as mulheres foram as mais penalizadas. Elas também têm respondido por parcelas um pouco menores do total de desempregados da RMF, nos últimos anos, apesar de ainda relativamente mais expostas ao desemprego, ao mesmo tempo em que aumentou o tempo de procura por trabalho de homens e de mulheres.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA – População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcelada PIA que está ocupada ou desempregada.

OCUPADOS: indivíduos que nos 7 dias anteriores ao da entrevista:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente; b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; d) excluem-se as pessoas que, de forma bastante excepcional, fizeram algum trabalho neste período.

DESEMPREGADOS: indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:

a) **Desemprego Aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias; b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário**: pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não-remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizera-no sem êxito até 12 meses atrás; c) **Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros**: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram, nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (MAIORES DE 10 ANOS): parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTO DO TRABALHO: rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados descontos por falta, etc. ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, os autônomos e as demais posições é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL: proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego – total, aberto e oculto.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO: proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

ÍNDICE DE OCUPAÇÃO: nível de ocupação alcançado em determinado trimestre em relação ao nível médio do período base.

RENDIMENTOS: a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMF (IBGE), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Fortaleza, é realizada por meio de uma amostra domiciliar na área urbana de treze municípios que compõem a região: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. As informações são coletadas mensalmente por entrevistas realizadas em, aproximadamente, 2.500 domicílios.

Os dados divulgados mensalmente referem-se a médias móveis trimestrais, que são assumidas como resultado do mês de encerramento do trimestre. Desse modo, os resultados de dezembro correspondem à média do trimestre outubro, novembro e dezembro; os resultados de janeiro, à do trimestre novembro, dezembro e janeiro; e assim sucessivamente.

Atualmente, a PED é realizada nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Distrito Federal.

Presidente

Michel Temer

Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Governador do Estado do Ceará

Camilo Santana

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento do Trabalho

Josbertini Virginio Clementino

Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Antônio de Sousa

Presidente da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Carlos Antônio Luque